

Dívida federal aumenta 22% em 2001 e estaciona acima da pior previsão

Ricardo Allan
De Brasília

O estoque da dívida mobiliária federal interna fechou o ano passado 22,2% maior do que o nível registrado no final de 2000. Essa expansão é praticamente o dobro da prevista no pior cenário imaginado no Plano Anual de Financiamento, divulgado em fevereiro de 2001 pelo Tesouro Nacional. Nele, a dívida cresceria 11,4%, atingindo R\$ 568,7 bilhões em dezembro. Mas as turbulências no mercado, com a desvalorização do real frente ao dólar, tiveram um forte impacto no endividamento e estragaram os planos originais.

No início do ano passado, a dívida mobiliária estava em R\$ 510,7 bilhões. De acordo com o relatório divulgado ontem pelo Tesouro e Banco Central, o estoque subiu R\$ 113,38 bilhões, encerrando o exercício em R\$ 624,08 bilhões. O volume equivale a 50,21% do PIB estimado pelo BC em R\$ 1,243 trilhão. Essa é a dívida bruta em títulos do governo federal.

A meta indicativa estabelecida no acordo com o FMI diz respeito à dívida líquida de todo o setor público, que, além dos passivos, leva em conta também os haveres da União, estados, municípios e estatais.

Na próxima semana, o BC vai divulgar os resultados fiscais consolidados do ano. Eles deverão mostrar que, apesar das dificuldades ao longo do ano, a meta de dívida máxima acertada com o FMI em R\$ 700 bilhões foi cumprida com certa folga. A valorização do real no final do ano foi o fator primordial que possibilitou o cumprimento da meta. Até novembro, a dívida líquida total era de R\$ 660,47 bilhões, o equivalente a 53,1% do PIB, de acordo com as estatísticas do BC.

Os números do relatório divulgado ontem mostram que o câmbio

foi mesmo o fator de desestabilização neste ano. A parcela da dívida reajustada pelo câmbio cresceu R\$ 64,84 bilhões, passando de R\$ 113,74 bilhões para R\$ 178,58 bilhões num período de doze meses. Dessa expansão, R\$ 28,1 bilhões foram resultado dos leilões extraordinários de títulos cambiais para oferecer "hedge" (proteção) às empresas. Depois dos atentados terroristas nos Estados Unidos, em setembro, foram emitidos R\$ 25,1 bilhões desses papéis.

Segundo o chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto do BC, Sérgio Goldenstein, os demais R\$ 36,74 bilhões do crescimento da dívida cambial se devem exclusivamente à desvalorização do real e à incorporação de juros. Na contabilidade geral, 57,2% de toda a expansão do endividamento federal se deveu ao aumento na emissão de papéis cambiais e à desvalorização do real.

O estoque de papéis cambiais chegou ao pico em outubro, quando foi de R\$ 209,29 bilhões.

Até o fechamento do ano, o volume caiu R\$ 30,71 bilhões, dos quais R\$ 16,24 bilhões só no mês de dezembro, por causa da valorização do real. O governo tinha como objetivo manter a parcela da dívida cambial em torno de 20%, mas ela ficou em 28,61%, depois de ter chegado a 32,85% em outubro.

Ao longo do ano passado o Tesouro foi forçado a abandonar seus objetivos quanto à composição da dívida. Como os investidores fugiram dos papéis prefixados, exigindo juros altos para comprá-los, o Tesouro reduziu a oferta desses títulos e passou a oferecer, quando muito, LTNs de resgate mais curto, como as de seis meses. Só nos últimos dois meses o Tesouro voltou a emitir prefixados de 18 meses.

Assim, os prefixados terminaram 2001 representando apenas



Valle, do Tesouro: dívida foi alimentada pela emissão de títulos cambiais

7,82% do estoque total da dívida, frustrando até a pior estimativa do plano, que era de 15,8%. O número final foi o menor do ano e representa quase a metade do registrado no início de janeiro, que era de 14,76%. Da mesma forma, a parcela dos papéis pós-fixados no estoque não caiu como era esperado no plano original. O ano começou com uma concentração de 52,24% e terminou com 52,79%, superando mais uma vez a pior projeção do Tesouro, que era de 46,5%.

O prazo médio de resgate da dívida saltou de 29,85 meses pa-

ra 34,97 meses. O fato é positivo, embora esse prazo seja bem inferior à pior projeção do Tesouro, que era está-lo para 43,2 meses.

Um aspecto que superou positivamente as projeções foi a dívida de curto prazo (vencimento em até 12 meses). Na melhor das hipóteses, o governo esperava que 27,1% da dívida vencesse no curto prazo. Depois da emissão de lotes expressivos de prefixados de cinco anos e de cambiais de três e cinco anos, o índice foi de 25,59%, o melhor da série histórica.

"Quanto maior é esse número, maior a percepção de risco do país", explicou Goldenstein. De novembro para dezembro, houve uma redução de R\$ 2,85 bilhões no estoque da dívida, decorrente da valorização do real. "A queda só não foi maior porque houve uma emissão líquida direta de R\$ 13,38 bilhões no mês", disse o coordenador da dívida pública, Paulo Valle. Na semana que vem, o secretário do Tesouro, Fábio Barbosa, deve divulgar o plano de financiamento para este ano.

Dívida mobiliária federal interna supera expectativas em 2001

Estimativas do Plano Anual de Financiamento em fevereiro/2001 e resultado real

	Estimativas			Resultado final
	Básica	Otimista	Pessimista	
Estoque em dezembro/2001	R\$ 548,4 bilhões	R\$ 543 bilhões	R\$ 568,7 bilhões	R\$ 624,08 bilhões
Crescimento do estoque	7,4%	6,3%	11,4%	22,2%
Prazo médio	42,9 meses	43,2 meses	44,4 meses	34,97 meses
Parcela de prefixados	22,4%	23,9%	15,8%	7,82%
Parcela de pós-fixados	41,6%	40,8%	46,5%	52,79%
Vencimentos de curto prazo (12 meses)	27,1%	27,3%	28%	25,59%

Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central